

# ARQUEOLOGIA NO BRASIL HOJE

*por*

**Pedro Paulo A. Funari\***  
**André Leonardo Chevitarese\*\***

## Resumo

O artigo inicia-se por apresentar, de forma breve, a trajetória histórica da disciplina arqueológica no Brasil. A Arqueologia começou cedo, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, no início do século XIX. Em seguida, trata-se do século XX e suas características, em particular a recente ditadura militar (1964-1985). Atenção especial é dada às mudanças recentes, devidas à democracia. O artigo conclui-se com um balanço positivo das perspectivas da Arqueologia no Brasil.

## Palavras-chave

*Arqueologia*

*Ditadura*

*Democracia*

*Futuro da disciplina*

## Abstract

The paper starts by briefly presenting the historic trajectory of the discipline in Brazil. Archaeology started early on, with the transfer of the Portuguese court to Rio de Janeiro in the early 19th century. Then it turns to 20th century features, particularly the recent dictatorial rule (1964-1985). Special attention is given to recent developments due to democracy. The paper concludes by emphasizing the outlook of archaeology in Brazil.

## Keywords

*Archaeology*

*Dictatorship*

*Democracy*

*Outlook of the*

*discipline*

\* Professor Titular do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM/Unicamp), e Coordenador do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/NEPAM/Unicamp). Contato: ppfunari@uol.com.br

\*\* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua nos programas de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional e História Comparada, e é professor visitante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Contato: andrechevitarese@yahoo.com.br

## Introdução

Este artigo apresenta ao público português uma breve análise da trajetória da Arqueologia no Brasil e algumas ponderações sobre as principais tendências atuais.

### A Trajetória da Arqueologia no Brasil

A Arqueologia no Brasil foi uma das mais precoces, ainda que isso possa parecer pouco provável. Não é mesmo fácil de acreditar, mas o Brasil teve um desenvolvimento precoce da disciplina, resultado da atuação de Napoleão Bonaparte, decisivo neste, como em tantos outros aspectos. O Brasil era uma colônia portuguesa por três séculos, com a produção de pau-brasil, cana-de-açúcar, pedras e metais preciosos, nesse longo período, posterior a 1500 e à chegada de Cabral ao que viria a ser a Bahia. A ofensiva napoleônica na Europa ameaçava as antigas monarquias em toda a parte e a coroa portuguesa decidiu, com o apoio decisivo dos britânicos, mudar a capital do império de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, movimento único do centro para a periferia, em todo o período moderno. Todo o aparato imperial foi transplantado, na medida do possível, para a antiga colônia, elevada logo à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sede do poder, capital e centro das instituições, como a corte, a biblioteca, o museu e muito mais. Em poucos anos, o antes poderoso Napoleão foi derrotado e a corte portuguesa enfrentou o desafio de retornar a Lisboa. Após alguma hesitação, D. João VI decidiu voltar à Europa, deixando o herdeiro do trono no Brasil, seu filho Pedro, que declararia a independência do Brasil em 1822. D. Pedro I, como é conhecido no Brasil, fundou as bases da Arqueologia no país ao trazer ao Brasil artefatos arqueológicos, como múmias egípcias e outros materiais (Funari e Funari 2010). Depois, D. Pedro decidiu ir a Portugal e reivindicar o trono, como D. Pedro IV, deixando seu filho Pedro II como imperador (1830 até 1889).

A Arqueologia floresceu durante esse período. D. Pedro II era um monarca absolutista esclarecido, nos moldes de Pedro o Grande da Rússia. Inspirado nele, ele fundou sua Petersburgo (Petrópolis) e todos os símbolos de glórias antigas, também graças à Arqueologia. Se Moscou era a terceira Roma, como consideravam Pedro o Grande e os russos, Rio de Janeiro seria Roma nos trópicos e a Arqueologia era uma das armas para isso. D. Pedro II casou-se com uma princesa napolitana e recebeu material arqueológico de Pompeia, da antiga Etrúria e de outras partes da Península Itálica e do Mediterrâneo. O Museu Nacional do Rio de Janeiro buscava rivalizar com o Museu Britânico e com o Louvre, superando, esperava-se, a antiga capital metropolitana, Lisboa. O imperador fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, inspirado na Académie Française (Ferreira 1999; 2010). Neste programa, a Arqueologia teve um papel especial, visando estabelecer tanto o velho mundo (Arqueologia Clássica e Egípcia) como o Novo Mundo (Arqueologia Pré-Histórica). Por muitas décadas, a Arqueologia estava no centro da ideologia imperial brasileira e isto explica seu desenvolvimento precoce. O fim da monarquia levou a um declínio acentuado da disciplina durante a república oligárquica (1889-1930). A exuberância imperial foi seguida de um horror ao indígena, induzindo ao recuo da Arqueologia. Na década de 1930, o forte influxo nacionalista deu novo ímpeto para a História e o Patrimônio: o ideal colonial iria servir para forjar a nação. O período colonial foi escolhido como definidor da sociedade brasileira, em particular durante o Estado Novo (1937-1945), mas

a Arqueologia começava a esboçar uma reação (Funari 1999).

Paulo Duarte (1889-1984) foi uma figura decisiva (Funari e Silva 2007). Duarte foi um ativista democrático nos anos terminais da república oligárquica e contribuiu para a fundação da primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo, em 1934, fundada numa abordagem humanista da ciência. Dentre os estudiosos engajados nesse projeto, estavam jovens como Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Jean Gagé (1902-1986), Fernand Braudel (1902-1985), todos eles futuros líderes intelectuais na França. O democrata Duarte não aceitou a ditadura (1937-1945) e preferiu o exílio. Nesse período, seus ideais humanistas levaram-no à Antropologia americana e francesa e à luta pelos direitos humanos, em particular dos povos indígenas. O Museu do Homem serviu de modelo para considerar os povos nativos como tão importantes quanto os outros seres humanos. Como sonhador, Duarte tinha um sonho: criar um Museu do Homem Americano, inspirado no homólogo parisiense (Museu do Homem). Ao retornar ao Brasil, Duarte liderou um movimento pelos direitos indígenas e como consequência pela Arqueologia Pré-Histórica, durante o período liberal entre 1945 e 1964. Ele mobilizou as pessoas comuns em torno de cursos de popularização da Arqueologia Pré-Histórica e da busca e valorização do Homem Americano, como se dizia. Ele foi capaz de organizar uma Comissão de Pré-História e depois o Instituto de Pré-História, ligado à Universidade de São Paulo, uma medida muito importante, pois a Arqueologia, pela primeira vez, tomava feições acadêmicas no Brasil. Devido à sua amizade com Paul Rivet (1876-1958), Duarte atraiu arqueólogos profissionais ao Brasil, Joseph (morto em 1977) e Annette Laming-Emperaire (1917-1977), discípulos de Rivet e pré-historiadores de renome, estudiosos da arte rupestre como evidência da cultura humana, em oposição à tradicional divisão entre alta e baixa arte (Poloni 2008). Isto fazia parte do humanismo derivado de Lévi-Strauss, Marcel Mauss e André Leroi-Gourhan, todos enfatizando, cada um à sua maneira, como os seres humanos são todos capazes de representar o mundo por meio de símbolos. Assim, a Pré-História não era apenas um tema intelectual, mas uma declaração a respeito da humanidade mesma: todos somos produtores de cultura. Não é, pois, acidental que a arte rupestre tenha tido um papel relevante, já que desenhar em cavernas e esculpir pedras são atos que revelam a mais humana capacidade de comunicar-se. Todos os seres humanos dominam a linguagem e a simbologia.

Duarte e sua Arqueologia humanista floresceram por um tempo. Graças aos seus esforços e de seus aliados nessas lides, o Congresso Nacional do Brasil aprovou a primeira e ainda única lei de proteção das jazidas pré-históricas, em 1961. Contudo, o país sofreria sob o jugo militar por longos vinte e um anos, de 1964 a 1985, e o humanismo, a Pré-História e a Arqueologia seriam muito afetados pela nova situação. O país testemunhou uma onda de perseguição, exílio, assassinatos, desaparecimentos (Funari 1994c). Antigos presidentes liberais foram perseguidos, dois deles mortos quase ao mesmo tempo em 1976: Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Goulart. Os três mais recentes presidentes da república (Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) foram perseguidos durante a ditadura. Duarte e o Instituto de Pré-História foram também vitimados: Duarte foi expulso da universidade em 1969 o IPH foi entregue a um aliado das autoridades.

Logo após o golpe militar, em primeiro de abril de 1964, um Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) foi estabelecido em Washington, DC, Estados Unidos, em estreita colaboração com as novas autoridades militares brasileiras e sob a liderança do *Smithsonian Institution*, com Clifford Evans e Betty Meggers. O Pronapa estabeleceu um programa de prospecções em todo o país, em particular

nas áreas consideradas de interesse estratégico, contribuindo para o esforço de controlar o território, no clima da Guerra Fria. As bases teóricas e empíricas eram reacionárias e contrárias ao humanismo, promovendo o conceito de nativos preguiçosos e da pobreza natural do país, devido a supostas condições ambientais (Noelli e Ferreira 2007). O primeiro quinquênio (1965-1970) foi seguido por um segundo, voltado para a Bacia Amazônica (1970-1975), onde havia guerrilheiros em luta contra a ditadura. Durante o longo período ditatorial, uma rede de arqueólogos treinados naquelas circunstâncias iria moldar o campo, dificultando o florescimento da liberdade e do humanismo.

A luta contra a ditadura reforçou-se na década de 1970 e em 1979 os militares cederam uma amnistia que permitiu o retorno dos exilados, a legalização dos partidos políticos e as eleições diretas de governadores em 1982, o que aumentou as possibilidades de atuação política e acadêmica. O fim do domínio militar, em março de 1985, marcou uma nova fase para o país e para a Arqueologia. A disciplina estava em uma posição *sui generis* na academia. Durante os últimos anos da ditadura, as Ciências Humanas e Sociais tiveram um papel crescente no desenvolvimento de reflexões críticas e de ciência independente e antenada com o mundo. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, ao voltar do exílio, contribuiu com diversos outros – economistas, antropólogos, cientistas políticos, filósofos – para o desenvolvimento de uma academia independente e bem informada. Cardoso seria, depois, eleito presidente da república por duas vezes, governando por oito anos (1994-2001).

A Arqueologia, entretanto, foi afetada por dois fatores: a necessidade de fundos e de autorizações oficiais para trabalho de campo. Isto significava que os subsídios acadêmicos eram encaminhados para pesquisas de cunho empírico e amigável à ditadura. Também as autorizações para trabalho de campo eram sujeitas a injunções políticas. É interessante notar que a Antropologia encontrou limitações parecidas, considerando que ambas as disciplinas tratam de índios, vivos ou mortos, e de áreas com guerrilha, mas os antropólogos nunca deixaram de confrontar o poder e estiveram mesmo na vanguarda do movimento democrático dentro e fora da vida acadêmica. Os arqueólogos treinados sob a batuta militar e por ela apoiados, ou, ao menos, simpatizantes da ditadura, às vezes tomaram parte na perseguição de colegas, o que manchou a disciplina e ainda hoje, quarenta anos depois do ápice do poder militar, muitos ainda estão em posições de poder na profissão. Isto não é de surpreender, considerando que os apoiadores dos militares estão ainda em posições de comando no parlamento e nos ministérios e em outras posições de poder. Contudo, a Arqueologia é um caso único na academia brasileira, pois não há tantos casos de perseguidores e aliados dos militares em posições de poder nas outras Ciências Humanas e Sociais (Funari 1994d).

Duarte, ainda que expulso da universidade, conseguiu estabelecer uma posição intelectual forte em favor do humanismo, do respeito aos direitos humanos e de uma disciplina em relação direta com a interpretação antropológica da cultura material. O influxo da Arqueologia francesa foi de particular importância tanto por razões práticas, como teóricas. Em termos teóricos, as abordagens antropológicas e semióticas permitiram que o campo visse florescer quadros interpretativos que enfatizavam a produção cultural dos indígenas, em franca oposição à posição oficial do Pronapa, que via os índios como atrasados, habitantes estagnados do ambiente tropical. Além disso, as técnicas de campo introduzidas pelos franceses davam a devida atenção aos níveis estratigráficos naturais, por oposição aos níveis artificiais usados pelos pronapianos, assim como permitiram o registro adequado das pinturas rupestres, em contraste com o

desprezo dos pronapianos, que não estavam à vontade com temas simbólicos.

Em termos práticos, os franceses viviam um contexto democrático em casa e estimulavam a colaboração com estudiosos brasileiros com aspirações intelectuais mais amplas, além de conseguir financiamento que saia do controle dos militares e seus aliados. Isto explica o trabalho precoce e inovador de Niède Guidon, antiga aluna de Duarte, que se exilara em Paris, entrara em contato com diversos intelectuais e conseguiu retornar ao Brasil na década de 1970 e deu início ao pioneiro Museu do Homem Americano, em uma parte muito remota e desprovida do país, o sertão do Piauí: esta foi uma iniciativa acadêmica e política ao mesmo tempo. Outros exploraram as oportunidades abertas pelo ocaso do autoritarismo, como no caso do estudo de quilombos (assentamentos de fugitivos à escravidão) por Carlos Magno Guimarães já no início da década de 1980, em Minas Gerais, ou o estudo das missões jesuíticas por Arno Álvarez Kern, na mesma época. A Arqueologia humanista francesa foi também importante para o desenvolvimento da Arqueologia Clássica no Brasil, graças a Haiganuch Sarian, membro estrangeira da Escola Francesa de Atenas. Ela trouxe ao país uma série de arqueólogos francófonos líderes em suas áreas de estudo, para que ensinassem no Brasil e contribuíssem, de forma decisiva, para a criação de uma nova geração de arqueólogos críticos, atualizados e em diálogo com a ciência internacional, ainda na mesma década de 1980. Alguns nomes permitem avaliar a importância de tais influências, como Jéan Bottero, Elena Cassin, Renée Ginouvès e Tony Hackens.

## **A Arqueologia no Contexto Democrático.**

Com o retorno das práticas e experiências democráticas no Brasil, especialmente a partir da promulgação da nova Constituição em 1988, o país começou a construir novas relações entre o público e o privado, especialmente no que diz respeito ao Patrimônio Cultural Brasileiro. Assim, por exemplo, no seu Art. 216, a atual Constituição definiu-o como “*bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à maioria dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem*”, de acordo com os seus Parágrafos IV e V “*as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico*”. Implica dizer, de acordo com a Constituição vigente, os vestígios materiais arqueológicos e/ou históricos são elevados à categoria de patrimônio cultural a serem institucionalmente protegidos.<sup>1</sup>

Como forma de preservar os recursos arqueológicos do país, há um vasto corpo legislativo que vem sendo aprimorado ao longo do tempo, sobretudo com a adoção de medidas mais eficazes, incluindo algumas de caráter punitivo, visando garantir o gerenciamento e a manutenção do acervo arqueológico nacional.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Deve-se agregar à defesa dos patrimônios culturais brasileiros, o fato de o nosso país também ser signatário de uma série de resoluções elaboradas em convenções internacionais direcionadas à atualização de conceitos, normas e práticas aplicáveis ao gerenciamento dos patrimônios culturais nacionais, tais como: a Carta de Atenas, de 1931; a Conferência UNESCO - Nova Déli, de 1956; a Carta de Veneza, de 1964; as Normas de Quito, de 1968; a 15ª Sessão da UNESCO em Paris, de 1968; a Carta de Nairóbi, de 1976; e a Carta de Burra, de 1980; a Carta de Lausanne, de 1990, entre outras.

<sup>2</sup> Lei Federal nº. 3.924, de 26 de julho de 1961, “*Lei da Arqueologia*”, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; Lei Federal nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências; Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a política nacional de Educação ambiental; Decreto nº. 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre

O Brasil tem conhecido, desde o início do século XXI, um aumento significativo de obras públicas e privadas ao longo do seu vasto território. Estas intervenções ocorrem em áreas (a) de baixa densidade demográfica, como, por exemplo, em regiões dominadas por florestas; (b) de pequena e/ou média densidade populacional, tais como zonas rurais e pequenas e/ou médias cidades; e (c) de altíssimas concentrações demográficas, como as grandes cidades. Em todas essas áreas, a legislação em vigor exige o acompanhamento arqueológico, como forma de preservar o patrimônio cultural existente.

Este cenário, ao mesmo tempo que transforma algumas regiões do país em um grande canteiro de obra, joga luz sobre algumas questões que precisam ser mais discutidas. Espera-se, ao iluminá-las, que não fique a sensação de que o Brasil, no que diz respeito à proteção do seu rico e variado patrimônio cultural, está navegando em um mar de tranqüilidade, como se tudo beirasse o Paraíso.

De imediato, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) não existe apenas como um órgão de proteção do patrimônio cultural material e imaterial, ele também é um órgão fiscalizador, com competência inclusive para embargar obras em situações irregulares. No dia-a-dia, porém, este último aspecto fica muito aquém do esperado, em grande parte, senão no todo, pela falta de pessoal. Implica dizer, a principal linha de frente na salvaguarda do patrimônio cultural não é capaz de realizar plenamente suas funções.

No entanto, a quase totalidade das construtoras responsáveis pelas obras de médio e grande portes no país, mais por precaução jurídica do que por respeito e amor ao patrimônio cultural brasileiro, vai ao mercado contratar empresas que atuam especificamente na área arqueológica. Tais empresas, por meio do que convencionou chamar “*Arqueologia de Contrato*”, acabam sendo as responsáveis por operacionalizar a função meio, entre as construtoras e o IPHAN.

A elas competem, em linhas gerais, que operacionalizem as seguintes atividades: (a) a elaboração de um processo pormenorizado, contendo, entre outras coisas, um estudo minucioso da área impactada pela obra. Com o processo pronto, dá-se entrada junto ao IPHAN, como forma de obter uma portaria autorizando o início do empreendimento, incluindo a instalação do canteiro de obras; (b) o acompanhamento arqueológico diário da obra, enquanto existirem intervenções no subsolo; e (c) garantir que o patrimônio cultural, advindo das escavações, seja devidamente encaminhado a uma reserva técnica autorizada a funcionar pelo órgão fiscalizador. Nas fases (b) e (c) são realizados relatórios arqueológicos parciais e finais submetidos ao IPHAN.

Convém detalhar um pouco mais e melhor esta operação (ver esquema abaixo):

**CONSTRUTORA ↔ EMPRESA DE ARQUEOLOGIA ↔ IPHAN**

---

as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências; Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011, que regulamenta a atuação dos órgãos e as entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, especialmente o Anexo III-D (Termo de referência que traz as informações necessárias ao diagnóstico do meio socioeconômico, nos aspectos relacionados à proteção dos bens de interesse cultural; Portaria IPHAN / MinC nº.07, de 01 de dezembro de 1988, que normaliza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional, regulamentando as permissões e autorizações de pesquisa; Portaria IPHAN / MinC nº. 230, de 17 de dezembro de 2002, que especifica o escopo dos estudos sobre o patrimônio arqueológico a serem realizados nas diferentes etapas de licenciamento ambiental, estabelecendo os procedimentos a serem desenvolvidos em cada etapa.

O arqueólogo responsável, cujo nome consta na portaria emitida pelo órgão público federal, na fase em que ele atua diretamente na obra, se torna uma espécie de fiscal, “o olho” do próprio IPHAN. Assim, como forma de suprir a carência de pessoal para fiscalizar, esse órgão público “*delega*” ao arqueólogo o que é sua competência, isto é, a obrigação de fiscalizar. Não que o IPHAN esteja impedido de fiscalizar a obra em que o arqueólogo está trabalhando, mas este órgão público espera que esse profissional seja também “*um tipo de fiscal*”, ou melhor, “*o seu fiscal*”. Portanto, o arqueólogo, além de realizar o seu meticuloso e necessário trabalho, ainda precisa garantir que a construtora respeite toda a legislação que trata do patrimônio cultural brasileiro. Esta é uma prática corriqueira no exercício diário do profissional de Arqueologia. No entanto, poderíamos nos perguntar: qual o problema do arqueólogo realizar essa dupla função (a de pesquisador e de fiscal do IPHAN)? A nosso ver, o problema seria exclusivamente de ordem ética, pois quem paga mensalmente à empresa de Arqueologia de Contrato é a construtora. Logo, o arqueólogo é levado a se situar numa tênue linha entre receber o seu salário mensal e fiscalizar, sendo que, em última instância, quem lhe paga é a própria construtora (ver esquema abaixo).

**CONSTRUTORA ↔ EMPRESA DE ARQUEOLOGIA ↔ ARQUEÓLOGO**

Não se trata aqui de colocar sob suspeição os arqueólogos submetidos a essa situação, mas não se pode afastá-la por completo. O risco ao patrimônio arqueológico não é de forma alguma desprezível, sendo urgente, portanto, rever por completo tal atribuição. É bom não esquecer que nem sempre ética e dinheiro andam de mãos dadas!

Outro dado a que convém lançar um foco de luz, pois, sob muitos aspectos se caracteriza como uma novidade no cenário arqueológico brasileiro, já que tem demandado um novo aprendizado, é a arqueologia em áreas urbanas densamente ocupadas. O foco de tensão se situa nas exigências, pautadas em prazos cada vez mais exíguos, que demandam das equipes arqueológicas uma eterna urgência, como se o seu trabalho se resumisse a um tipo de arqueologia de salvamento.

As pressões são oriundas dos mais diferentes setores: construtoras com prazos fixados em contratos para entrega de suas obras; poder público (Federal, Estadual e Municipal), visto como contratante, que precisa fechar pontualmente vias públicas, fornecimentos de água e/ou luz, implicando por meio dessas ações, toda uma série de transtornos à população; e moradores do entorno das obras, que vêem suas vidas afetadas por uma série de problemas e contratempos cotidianos. Enfim, este cenário demanda uma pergunta simples e direta: como realizar um bom trabalho arqueológico, diante de tamanha pressão? Alguns poderiam simplesmente argumentar: fingindo que ela não existe. Mas, para aqueles profissionais submetidos cotidianamente a essa exigüidade de tempo, a possibilidade de fingir que a pressão não existe ou de querer criar um tempo próprio para si, parece pouco provável, quase impossível, pelo menos no canteiro de obra em uma área urbana densamente povoada. O encaminhamento parece ser, portanto, de outro nível: como equacionar esses vários tipos de pressões cotidianas, muitas delas perfeitamente legítimas, com o trabalho arqueológico atento e cuidadoso. Esse é o desafio que a arqueologia urbana tem colocado ao arqueólogo. A resposta está longe de ser dada, na medida em que ela ainda não está clara no atual contexto democrático brasileiro, onde as grandes obras, situadas em áreas urbanas densamente povoadas, por força da legislação, são obrigadas a contratar equipes de arqueólogos.

A fim de atender uma demanda do mercado cada vez mais crescente por arqueólogos, tendo em vista que o atual número de profissionais está abaixo do desejado, algumas universidades públicas têm discutido internamente a possibilidade de abrir cursos de Graduação nesta área do conhecimento, enquanto que outras, como é o caso recente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ultrapassaram a fase da discussão, e conseguiram implantá-lo. A primeira turma começou no primeiro semestre de 2014. A UERJ se junta a um seleto grupo de universidades, tais como, por exemplo, a PUC-Goiás (na região centro-oeste); UFPE, UFPI, UNIVASF e UFS (na região nordeste); UEA e UNIR (na região norte); e UFPEL e FURG (na região sul). Implica dizer a UERJ é a primeira universidade pública e gratuita a oferecer um curso de Graduação em Arqueologia na região sudeste.

## As Perspectivas

Quais são as principais conclusões e perspectivas para o futuro? A perspectiva da disciplina no Brasil não poderia ser mais favorável. De uma atividade marginal, a Arqueologia transformou-se em atividade acadêmica e social relevante. Ela começou como algo aristocrático no século XIX e apenas em meados do século XX começou sua trajetória como algo significativo na academia e na sociedade. Nas últimas décadas as atividades arqueológicas multiplicaram-se de forma exponencial. O número de sítios arqueológicos estudados não parou de crescer. As publicações no Brasil e no estrangeiro mostram esses avanços imensos. Concluimos, de forma otimista, com a expectativa que a disciplina trará novas descobertas e será cada vez mais importante para a sociedade brasileira, com uma contribuição também maior no cenário internacional.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Agradecemos a Víctor Menezes por adequar o artigo às normas desta revista e aos colegas Camila Agostini, Maria da Conceição Beltrão, Márcia Bezerra, Maria Cristina O. Bruno, Cláudio Umpierre Carlan, Marina Cavicchiolo, Fábio Vergara Cerqueira, Paulo de Blasis, Jorge Eremites de Oliveira, Lúcio Menezes Ferreira, Lourdes Feitosa, Renata Senna Garraffoni, Denise C. Gomes, José Geraldo Costa Grillo, Carlos Magno Guimarães, Júlio César Magalhães de Oliveira, Flávia Marquetti, Nanci Vieira Oliveira, Charles E. Orser, Thomas Patterson, Cláudia Plens, Rita Juliana Soares Poloni, Gilson Rambelli, Erika Robhran-González, Michael Rowlands, Pedro Sanches, Haiganuch Sarian, Denise Schaan, Solange Schiavetto, Elizabete Tamanini e Paulo Zanettini. Mencionamos, ainda, o apoio institucional da FAPESP, CNPq, Unicamp e UFRJ. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.



## Bibliografia

Agostini, C. (2002) – “Entre senzalas e quilombos: ‘comunidades do mato’ em Vassouras do oitocentos”, In *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul*, edited by A. Zarankin and M. X. Senatore, p. 19-30. Del tridente, Buenos Aires.

Alfonso, L. P. (2009) – “El patrimonio arqueológico y su vinculación a circuitos turísticos no convencionales en Brasil”. *Mirada Antropologica*, v. 8 e 9, p. 150-165, 2

Beltrão, Maria da Conceição de Moraes Coutinho (2008) – *Le peuplement de l’Amérique du Sud. Essai d’archéogéologie. Une approche interdisciplinaire*. Paris: Riveneuve éditions. 221p.

Beltrão, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; Danon, J.; Doria, F. A. M. A. (1988) – *Datação Absoluta Mais Antiga Para a Presença Humana na America*. Rio de Janeiro: U.F.R.J., 4Op.

Bezerra, M. (2012) – *Signifying Heritage In Amazon: A Public Archaeology Project At Vila De Joanes, Marajó Island, Brazil*. *Chungara (Arica, Impresa)*, v. 44, p. 533-542.

Bozic, M.; Ducloy, M. (2008) – “Eratosthenes’ teachings with a globe in a school Yard”, *Physics Education*, 43, 2, p.165-172.

Bruno, M. C. O. ; CERQUEIRA, F. V. ; FUNARI, P. (Orgs.) (2011) – “Arqueologia do Mediterrâneo Antigo”. *Estudos em Homenagem a Haiganuch Sarian*. 1ª ed. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, SBEC e FAPESP, v. 1. 247p.

Caldarelli, S. B. and Santos, M. C. M. M. dos (2000) – ‘Arqueologia de contrato no Brasil’, *Revista USP* 44, 32-51

Carlan, C. U. (2011) – “Coins and Power in Rome: political ideology in the 4th century”. In: David Hernández de la Fuente (Org.) *New Perspectives on Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, v. 1, p. 150-157.

Cavicchioli, M. R. (2008) – “The erotic collection of Pompeii: archaeology, identity, and sexuality”. In: Funari, PP. A.: Garraffoni, R.: Letalien, Bethany. (Orgs.) *New Perspective on the Ancient World. Modern perceptions, ancient representations*. Oxford: Archeopress, v. 1782, p. 187-194.

Cerqueira, F. V. (2012) – “Identidade cultural e relações interétnicas greco-indígenas na Magna Grécia. O sentido da iconografia dos instrumentos musicais na cerâmica ápula (séculos V e IV a.C.)”. In: Adriana Pereira Campos; António Carlos Amador Gil; Gilvan Ventura da Silva; Júlio Cesar Bentivoglio; Maria Beatriz Nader (Orgs.) *Territórios, poderes, identidades : a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. 1ª ed. Vitória; Paris; Braga: GM Editora; Université de Paris-Est; Universidade do Minho, v. 1, p. 35-56.

Chevitarese, A. L. (2005) – “Water and Olive Oil. Analysis of Rural Scenes in Black and Red-Figure Attic Vases and the Construction of the Athenian Empire”. In: Funari, P. P. A.; Zarankin, A.; Stovel, E. (Orgs.) *Global Archaeological Theory. Contextual Voices and Contemporary Thoughts*. Nova Iorque: Springer, p. 297-308.

De Blasis, P. A. and Robrahn-González, E. M. (2003) – “Dam Contract Archaeology in Brazil: some prospects and a case study at the Amazonian border”, *International Workshop on Cultural Heritage Management and Dams*, BID.

Eremites de Oliveira, J. (2005) – “Por uma Arqueologia socialmente engajada: Arqueologia Pública, universidade pública e cidadania”. In Funari, P. P. A.; Orser, Ch.; and Schiavetto, S. Nunes de Oliveira (Eds.) *Identidades, discursos e poder: Estudos da Arqueologia contemporânea*, São Paulo: Fapesp/Annablume, p. 117-132.

Feitosa, L. M. G. C. ; Garraffoni, R. S. (2010) – “Dignitas and infamia: rethinking marginalized masculinities in early Principate”. *Studia Historica Historia Antigua*, v. 28, p. 57-73.

Ferreira, L. M. (2010) – *Território Primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCSRS. 220p.

Ferreira, L. M. (1999) – “Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870)”. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 4, p. 9-36.

Funari, P. and Zarankin, A. (Eds.) (2006) – *Arqueología de la Represión y Resistencia en América Latina en la era de las dictaduras (décadas de 1960-1980)*. Editorial Brujas, Cordoba, Argentina. In print.

Funari, P. P. A. (1994a.) – “Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação”. *Revista Brasileira de História*, v. 1, p. 23-41.

Funari, P. P. A. (1999) – “Brazilian archaeology: a reappraisal”. In: Gustavo Politis, Benjamin Alberti. (Orgs.) *Archaeology in Latin America*. Londres: Routledge, p. 17-37.

Funari, P. P. A. (1994b) – “Brazilian Archaeology: Overview And Reassessment”. *Boletim do CPA (UNICAMP)*, p. 281-290.

Funari, P. P. A. (1994d) – “Mixed Features Of Archaeological Theory In Brazil”. *Theory in Archaeology. A World Perspective*. Londres: Routledge, p. 236-250.

Funari, P. P. A. (1994c.) – *Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História*. Idéias, Campinas, v. 1, n.1, p. 155-179.

Funari, P. P. A. ; Funari, R. S. (2010) – “Ancient Egypt in Brazil: a theoretical approach to contemporary uses of the past”. *Archaeologies*, v. 6, p. 48-61.

- Funari, P. P. A. (2004) – ‘Public archaeology in Brazil’, in Merriman, N (ed.) *Public Archaeology*, London and New York: Routledge.
- Funari, P. P. A.; Silva, G. J. (2007) – “Nota de Pesquisa sobre o Projeto de Pesquisa do Acervo de Arqueologia e Patrimônio de Paulo Duarte”. *História e-História*, v. 2007, p. 1-25.
- Funari, P. (1995) – “The Archaeology of Palmares and its Contribution to the Understanding of the History of African-American Culture”. *Historical Archaeology in Latin America 7*: 1-41.
- Funari, P.P.A. & Carvalho, A. V. (2005) – *Palmares, Ontem e Hoje*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.
- Funari, P. P. A. (1999) – “Etnicidad, identidad y cultura material: un estudio del Cimarrón Palmares, Brasil, siglo XVII”. In A. Zarankin and F. Acuto (eds.) *Sed non satiata, Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*, Del Tridente, Buenos Aires, p. 77-96.
- Funari, P. P. A. (2002) – “A Arqueologia Pública na América Latina e seu contexto mundial”. *Fronteiras 6* (11): 87-96.
- Funari, P. P. A.; Oliveira, N. V.; Tamanini, E. (2007) – “Archaeology to the lay public in Brazil: three experiences”. In: John H. Jameson, Jr; Sherene Baugher (Orgs.) *Past Meets Present: archaeologists partnering with museum curators, teachers, and community groups*. New York: Springer, p. 217-228.
- Funari, P. P. A.; Bezerra, M. (2012) – “Public Archaeology in Latin America”. In: Robin Skeates; Carol MacDavid; John Carman (Orgs.) *The Oxford Handbook of Public Archaeology*. 1st ed. Oxford: Oxford University Press, v. 1, p. 100-115.
- Garraffoni, R. S.; Funari, P. P. A. (2012) – “The uses of Roman Heritage in Brazil: Traditional reception and new critical approaches”. *Heritage and Society*, v. 05, p. 53-76.
- Gomes, D. M. C. (2006) – “Amazonian Archaeology and Local Identities”. In: Matt Edgeworth (Org.) *Ethnographies of Archaeological Practice: Cultural Encounters, Material Transformations*. Lanham: Altamira Press, v. 1, p. 148-160.
- Gomes, D. M. C. (2007) – “The Diversity of Social Forms in Pre-Colonial Amazonia”. *Revista de Arqueologia Americana*, v. 25, p. 189-225.
- Gomes, D. M. C. (2008) – *Cotidiano e Poder na Amazônia Pré-Colonial*. 1ª ed. São Paulo: Edusp. 240p.
- Green, L. F. ; Green, D.; Neves, E. (2010) – “Indigenous Knowledge and Archaeological Science: The Challenges of Public Archaeology in the Reserva Uaçá”. In: Margaret M. Bruchac; Siobhan M. Hart; H. Martin Wobst (Orgs.) *Indigenous Archaeology: A Reader on Decolonization*. Walnut Creek: Left Coast Press, p. 235-240.

Grillo, J. G. C. (2011) – *Violência sexual no rapto de Cassandra: um estudo de sua iconografia nos vasos áticos (séculos VI-V a.C.)*. Phoinix (UFRJ), v. 17, p. 75-85.

Guidon, N. (1991) – *Peintures préhistoriques du Brasil; L'art rupestre du Piauí*. Paris: Editions Recherches sur les Civilisations.

Guidon, N. ; Pessis, A. M. (2007) – “Serra da Capivara National Park, Brazil: cultural heritage and society”. *World Archaeology*, v. 39, p. 406-416.

Guimarães, C. M. . (1990) – “O quilombo do Ambrósio: lenda, documentos, e arqueologia”. *Estudos Ibero-Americanos* 16, p.161-74.

Hunter, I. (2006) – “The History of Theory”, *Critical Inquiry*, Vol. 33, No. 1 (Autumn 2006), pp. 78-112.

Magalhães de Oliveira, J. C. (2005) – “Travail, habitation et sociabilités populaires dans les villes de l’Afrique romaine: les quartiers commerçants et artisanaux de Carthage et de Timgad”. In: Fontaine, Souen; Sartre, Stéphanie; Tekkl, Amel (Orgs.) *La ville au quotidien. Regards croisés sur l’habitat et l’artisanat antiques (Afrique du Nord, Gaule, Italie)*. 1er ed. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2011, p. 59-69.

Marquetti, F. ; Funari, P.P.A. (2011) – “Reflexões sobre o falo e o chifre: por uma arqueologia do masculino no Paleolítico”. *Dimensões - Revista de História da UFES*, v. 26, p. 357-371.

McEwan, C. ; Barreto, C. ; Neves, E. G. (Orgs.) (2001) – *Unknown Amazon: Culture in Nature in Ancient Brazil*. Londres, Inglaterra: British Museum Press.

Neves, E.G. (1998) – “Twenty years of Amazonian archaeology in Brazil (1977-1997)”. *Antiquity* 277, p.625-632.

Neves, E. G. (2009) – “Warfare in Pre-Colonial Amazonia: When Carneiro Meets Clastres”. In: Axel Nilsen; William Walker (Orgs.) *Warfare in Cultural Context: Practice Theory and the Archaeology of Violence*. Tucson: University of Arizona Press, p. 139-164.

Neves, W.A. et al. (1999) – “Cranial morphological variation in South America and the colonization of the New World: towards a four migration model?”. *Ciência e Cultura - Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science* 51, p.151-165.

Noelli, F. S. ; Ferreira, L. M. (2007) – “A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 14, p. 1239-1264.

Oliveira, N. V; Funari, P. P. A.; Chamorro, L. K.M. (2011) – “Arqueologia Participativa: Uma experiência com Indígenas Guaranis”. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 4, p. 13-19.

Orser, C. (1994) – “Toward a global Historical Archaeology: An example from Brazil”. *Historical Archaeology* 28 (1), p. 5-22.

Patterson, T. (2001) – *A Social History of Anthropology in the United States*. Oxford, Berg.

Plens, C. (2004) – “Arqueología de una villa operaria del siglo XIX en San Pablo”. In P. Funari and A. Zarankin (eds.) *Arqueología Histórica en América del Sur. Los desafíos del siglo XXI*, Uniandes, Bogotá, p. 93-104.

Poloni, R.J.S. (2008) – *A etnografia no Brasil: ciência e sociedade no contexto da democratização*. Faro, Universidade do Algarve (MA dissertation).

Poloni, R. J. S. (2009) – “A Etnoarqueologia no Brasil: Ciência e Sociedade no Contexto da Redemocratização”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 19, p. 87-102.

Prous, A. (1994) – “L’archéologie brésilienne aujourd’hui, Problèmes et tendances”. *Recherches Brésiliennes*, Besançon, p.9-43.

Prous, A. (1994) – “L’art rupestre du Brésil”. *Bulletin de la Société Préhistorique de l’Ariège*, v. 49, 1994, p. 77-144.

Rahmeier, C. S. (2012) – “Materiality, social roles and the senses: Domestic landscape and social identity in the estancias of Rio Grande do Sul, Brazil”. *Journal of Material Culture*, v. 17, P-153-171.

Rambelli, G. (2002) – *Arqueología até debaixo D’ Agua*. Maranta, Sao Paulo.

Rowlands, M. (1999) – “Black identity and the sense of past in Brazilian national culture”. P. Funari, S. Jones and M. Hall, Routledge (eds.) *Historical Archaeology. Back from the Edge*, London, P.228-245.

Sanches, P. (2008) – “The literary existence of Polygnotus of Thasos and its problematic utilization in painted pottery studies”. In Pedro Paulo Abreu Funari, Renata Senna Garraffoni, Bethany Letalien (Orgs.) *New Perspectives on the Ancient World - Modern perceptions, ancient representations*. 1st ed. Oxford: Archaeopress.

Sarian, H. (1992) – “Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae”. Hekate. In *Fondation Internationale pour le LIMC* (Org.), 1er ed. Zurique: Artemis Verlag, v. 6, p. 985-1018.

Sarian, H. ; Simon, E. (2004) – “Thesaurus Cultus et Rituum Classicorum”. Rauchopfer. In *Fondation Internationale pour le LIMC* (Org.), 1er ed. Munique: Artemis Verlag, v. 1, p. 255-268.

Schaan, D. ; Bezerra, M. (Orgs.) (2009) – *Construindo a Arqueologia no Brasil: a trajetória de Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém: Sociedade de Arqueologia Brasileira: GK Noronha.

Schiavetto, S. N.O. ; Funari, P. P.A. ; Orser JR., C. E. (Orgs.) (2005) – *Identidades, discurso e poder: estudos de Arqueologia contemporânea*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 245p .

Schiavetto, S. N. O. (2003) – *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Annablume.

Schiavetto, S. N. O. (2009) – “Teorias Arqueológicas e questões de gênero”. In Dominguez, L. ; Funari, P. P. A. ; Carvalho, A. V. ; Rodrigues, G.B. (Orgs.) *Desafios da Arqueologia: depoimentos*. Habitus.

Shanks, M. & Tiley, C. (1987) – *Re-construction archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Singleton, T. A. ; Souza, M. A. T. (2009) – “Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and the United States”. In Teresita Majewski; David Gaimster (Orgs.) *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, p. 449-46

Souza, M.A.T. ; Symanski, L. C. P. (2009) – “Slave Communities and Pottery Variability in Western Brazil: The Plantations of Chapada dos Guimarães”. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 13, p. 513-548.

Symanski, L. (1997) – *Espaço privado e vida privada em Porto Alegre no século XIX*. EDIPUCRS, Porto Alegre.

Tamanini, E. ; Peixer, Z. I. (2011) – “Educação e Patrimônio Cultural: diálogos entre a cidade e campo como lugares de identidades ressonantes”. *Tempo e Argumento*, v. 3, p. 30-30.

Tocchetto, F. ; Oliveira, A.; Cappelletti, A.; Symanski, L. and Ozório, S. (2001) – *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Unidade/SMC, Porto Alegre.

Tocchetto, F. (2004) – “Joga lá nos fundos!: Sobre praticas de descarte de lixo domestico na Porto Alegre oitocentista”. *Arqueologia en América del Sur* 1 (1), P. 47-75 .

Zanettini, P. et al. (1996) – *Arqueologia Histórica de Canudos*, Salvador: Editora da UNEB.